



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Projeto Conectividade: as ações afirmativas e o estudo da cultura afro-brasileira no contexto do Telecurso 2000

Elisiane da Silva Soares¹

Resumo: O estudo da cultura afro-brasileira é amparado pela Lei 10.639/03. Tendo ciência da importância da mesma para o entendimento e reconhecimento do multiculturalismo da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, tendo presente que atualmente estamos cada vez mais em rede acredita-se que o tema *A luta dos escravos*, produzido pela décima aula do Ensino Fundamental do Programa Telecurso 2000, possibilita vários questionamentos referentes à representação da escravidão pelo programa. O presente artigo faz parte do Projeto de Pesquisa Conectividade e apresenta uma proposta de estudo que intenta refletir sobre a contribuição do Telecurso 2000 para o desenvolvimento de um indivíduo autônomo e crítico. Procura-se também estabelecer um diálogo entre a Lei 10.639/03, os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 e as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004 buscando mapear como estes apresentam esta proposta de estudo. A teleaula, nosso objeto de análise, procura discutir e refletir os seguintes conceitos: escravidão, resistência, contribuições dos negros africanos, entre outros. Também é possível estabelecer a necessidade reflexiva sobre as orientações teóricas, que segundo o programa, o orientam, fundamentações estas baseadas nos pensadores como Paulo Freire, Dom Helder Câmara, Célestin Freinet e Jean Piaget, os quais são considerados pela PRODUÇÃO como inspiração de suas práticas, métodos e processos. Como conclusão provisória percebe-se a ausência de referencial dos teóricos na metodologia presente na aula em estudo, assim como o distanciamento com a historiografia recente sobre o tema.

Palavras-chave: História, cultura afro-brasileira, ações afirmativas, Telecurso 2000.

Abstract: The study of african-Brazilian culture is supported by Law 10,639/03. Being aware of the importance of the same for the understanding and recognition of multiculturalism in Brazilian society and at the same time, bearing in mind that we are currently increasingly networked believed that the theme *The struggle of slaves* produced for the tenth class of elementary school Telecurso 2000 program features several questions concerning the representation of slavery by the program. This article is part of Project Connectivity Research and proposes a study that tries to reflect on the contribution Telecurso 2000 for the development of an autonomous and critical individual. Also seeks to establish a dialogue between the Law 10639/03, the National Curriculum Guidelines of 1998 and the National Curriculum Guidelines 2004 seeking to map out how they present this proposed study. The teleaula which is our object of analysis seeks to discuss and reflect the following concepts: slavery, resistance, contributions of black Africans, among others. You can also establish the necessary reflective on theoretical orientations, which according to the program, the guide, based on these foundations thinkers such as Paulo Freire, Dom Helder Camara, Célestin Freinet and Jean Piaget which are considered as the inspiration for the PRODUCTION of their practices, methods and processes. As an interim conclusion we notice the absence of the theoretical framework in this study methodology in the classroom, as well as distancing the recent historiography on the subject.

Keywords: History, african-Brazilian culture, affirmative action, Telecurso 2000.

Introdução

Durante muito tempo na Educação Básica o tema sobre a África e cultura afro-brasileira foi abordado de forma secundária, com o estudo do continente africano sempre se bastando de temáticas como o tráfico negreiro e a utilização da mão de obra escrava

¹ Universidade de Caxias do Sul (UCS). Contato: essoares1@ucs.br

precingindo sobre esses termos e colaborando, inclusive, na naturalização de determinados estereótipos como, por exemplo, a sua suposta inferioridade e criminalização que ajudaram no processo de sua exclusão e discriminação racial na sociedade o qual é percebido no nosso cotidiano.

Essa situação, com o passar do tempo, passou a ser uma questão de direitos humanos, questão em voga atualmente, podendo-se perceber que esta talvez seja uma preocupação e um movimento que busca pela implementação de amparos legais em busca da criação de novos espaços de sensibilização por meio de um olhar crítico e reflexivo. A partir da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no ano de 1996, esse quadro começou a passar por sucessivas mudanças, as quais foram de fundamental importância para esse processo de modificação metodológica do ensino sobre a cultura afro-brasileira. No ano de 1998 são elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), diretrizes criadas pelo Governo Federal com o intuito de orientar a educação brasileira, em disciplinas dirigidas para o Ensino Fundamental e Médio. Com o currículo dividido por ciclos, o que abrange a área de História passou a dar maior abrangência sobre os estudos africanos. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), criadas em 2004, tratam da Educação das Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com amparo legal buscando assegurar o direito igualitário no que se refere à cidadania e as condições básicas de vida, bem como a garantir a igualdade na contribuição dos diversos grupos e culturas no processo histórico brasileiro.

Não sejamos negadores de que avanços estão acontecendo, mas precisamos atentar que, embora esses passos tenham sido percebidos em direção ao objetivo dessas ações afirmativas, os mesmos vêm se apresentando de forma deveras lenta ou estagnando-se em algum momento do seu percurso. Onze anos se passaram da promulgação da Lei Federal 10.639/03, que determina a inclusão do estudo da História da África e dos africanos no currículo escolar de todas as escolas públicas ou particulares de Ensino Fundamental e Médio. Estas, por sua vez, são coagidas a incluir em seus currículos temas que abarquem o ensino sobre a cultura africana, as lutas desbravadas em busca da liberdade objetivando a compreensão dos valores e da importância da contribuição deste grupo social na formação da sociedade brasileira.

É possível perceber que nas últimas décadas a sociedade vem sendo atraída por meios de comunicação como a televisão e as redes digitais que difundem as informações de um modo prático e rápido. Tudo indica que, se não estivermos conectados, estaremos à mercê de um atraso informacional e fadados ao acomodamento diante dos acontecimentos mundiais.

Considerando este cenário, nos dedicamos ao estudo da décima aula de História do Ensino Fundamental do programa Telecurso 2000, modalidade de ensino à distancia aprovada pelo MEC e apoiada pela Fundação Roberto Marinho, sendo veiculado em diferentes canais televisivos (TV Globo, Canal Futura, TV Cultura, Rede Vida, TV Brasil, Globo Internacional, dentre outros), com exibição em distintos horários durante a semana e disponível também na web.

O artigo em desenvolvimento faz parte do Projeto Conectividade, vinculado ao curso de graduação, de pós-graduação e Mestrado Profissional em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Este intenta refletir sobre a contribuição deste programa no desenvolvimento da autonomia e da criticidade do indivíduo. Para isso buscamos embasamento teórico nos pensadores Paulo Freire, Dom Helder Câmara, Célestin Freinet e Jean Piaget que, segundo o Telecurso 2000, servem de inspiração de suas metodologias.

No primeiro capítulo apresentaremos o Projeto Conectividade e seus objetivos estabelecendo as devidas relações entre a realidade midiática e o Telecurso 2000 amparados no estudo de obras dos pensadores supracitados. No segundo, dialogaremos sobre o estudo da cultura afro-brasileira e dos africanos e as ações afirmativas que o amparam e, no terceiro, analisaremos a teleaula em abordagem buscando a percepção da contribuição do referido programa quando se trata das obrigatoriedades legais, assim como sua aproximação à historiografia recente sobre o tema em questão.

O Projeto Conectividade e suas atribuições

Diante da realidade já proferida, que a sociedade atual se encontra cada vez mais em rede, surgiu a necessidade da análise da contribuição das mídias, sejam elas televisivas ou digitais, para o desenvolvimento da capacidade de posicionamento do cidadão, de não se deixar levar pelas propagandas que brilham diante dos nossos olhos. Aproveitando este ensejo, o referido estudo apresenta como intento uma reflexão destinada ao programa Telecurso 2000, analisando como este se propõe a contemplar as necessidades evidentes para o desenvolvimento da criticidade e autonomia dos indivíduos que a ele estão ligados, através da apreciação de teleaulas que abrangem a área de História.

Considerando que o material didático da programação é uma importante fonte, pois está intrinsecamente ligado ao processo educacional, além de ser um modelo de educação à distância, nos dispusemos a compreender este processo a partir de seus conceitos básicos,

estrutura pedagógica e ensino, estabelecendo a necessidade reflexiva sobre as orientações teóricas que, segundo o programa, guiam a sua metodologia.

Carmem Maia e João Mattar (2007) argumentam que a necessidade de desenvolver modalidades de ensino à distância (EaD) se deve a diversos fatores, tais como a escassez de tempo, a distância física entre educando e instituição de ensino, dentre tantos outros motivos que provocam a demanda pela existência de um método de ensino do tipo. O EaD, assim, apresenta-se de diversas maneiras: via teleaulas, através da internet ou mesmo de modo semipresencial e supervisionado. Visto muitas vezes com preconceito, o EaD pode se apropriar das tecnologias para desenvolver, com benefícios, novas práticas e interações durante o ensino e a aprendizagem. Porém, é necessário atentar para deficiências existentes nesse processo, pois é inevitável que, como qualquer meio educacional, exista a necessidade de profissionais especializados, caso contrário o processo como um todo será deficiente.

Sobre Comunicação Audiovisual, apoiamo-nos nas obras de Elisabeth B. Duarte (2007). A autora afirma que, frente aos diversos formatos televisivos existentes e considerando as informações obtidas, é interessante discutir os processos em que a televisão se utiliza de sua capacidade manipulatória em relação à realidade dos indivíduos, satisfazendo seus anseios mais urgentes por meio das propagandas ou de qualquer programação que está preocupada em mostrar aquilo que lhe é considerado útil, onde suas ideologias são consideradas na maioria das vezes.

Para compreendermos esse sistema é fundamental que nos aproximemos do conceito de modos de endereçamento através da contribuição de Elizabeth Ellsworth (2001). Sua obra trata do referido conceito como sendo utilizado para estudos do cinema, onde é possível compreender a forma como a produção prepara seus materiais e para que público se dirige. Deste modo, é possível fazer um diálogo entre essas informações com o processo de ensino que nos instiga a pensar quem é o educando e quais os seus interesses fluentes.

Esses conhecimentos prévios serviram de suporte teórico para que pudéssemos analisar o Programa Telecurso 2000 em sua essência, considerando sua esfera discursiva instaurada nas teleaulas, a qual mostra saber quem é o seu público assistente e o que estes esperam saber em determinado momento sendo possível, até o momento, perceber as concepções de aluno, de professor e de ensino de História do referido programa.

Neste sentido, consideramos que para o Telecurso o aluno está à mercê do professor, pois o mesmo deve fixar o conteúdo e abarcar um conhecimento imenso diante de poucos minutos de apresentação do programa. O que mais intriga é a estagnação do aluno diante do aprendizado, onde não participa dos questionamentos, ou seja, o próprio apresentador é que

define o que o aluno talvez queira saber por meio da frase: “Você deve estar se perguntado que...”

O professor possui uma diversidade de personagens que a ele são atribuídos. Ele ora é jornalista, ora é apresentador, narrador, ator, entre outras personificações que podem surgir para representá-lo. Esses são os contribuintes para a transmissão do conhecimento que podemos entender como uma série de “curiosidades” apresentadas durante o programa, pelo tempo exímio em que são trabalhados os conteúdos.

Quanto às concepções de ensino, percebemos a divisão da teleaula em três momentos: o primeiro é uma mobilização para adentrar ao tema que será estudado; o segundo é o desenvolvimento do estudo, o qual é trabalhado de forma linear, utilizando-se de relações de causa e efeito; e o terceiro é o momento da revisão onde é abarcado tudo o que foi apresentado na devida teleaula, porém, sem incentivar o aluno a ir em busca de outras fontes para reflexão. Quando isto é feito, o programa incentiva a estudar nos próprios materiais do Telecurso. Por meio destas considerações é possível perceber a permanência da visão tradicional de história linear e dos grandes feitos onde é necessária uma fixação dos conteúdos abordados.

No site do Telecurso são apresentadas as metodologias utilizadas para sua produção, onde é possível visualizar que o mesmo esclarece sua inspiração nas práticas de Paulo Freire, Jean Piaget, Dom Helder Câmara e Célestin Freinet, porém não foi possível perceber esta relação já que durante a análise realizada percebeu-se um distanciamento das ideias apresentadas pelos pensadores.

Freire, através da *Pedagogia da Autonomia* nos apresenta propostas de práticas pedagógicas que objetivam o desenvolvimento da autonomia dos educandos, valorizando e respeitando sua cultura e seus conhecimentos empíricos junto a sua individualidade.

Piaget nos leva a perceber a colaboração da semiótica – que pode ser compreendida como uma ciência que estuda como o ser humano interpreta os vários elementos da linguagem utilizando seus sentidos e quais reações esses elementos provocam –, sendo que suas descobertas tiveram grande impacto na pedagogia ao demonstrar que a transmissão de conhecimentos é uma possibilidade limitada. Vem de Piaget a ideia de que o aprendizado é construído pelo aluno e é sua teoria que inaugura a corrente construtivista.

A educação embasada na esperança foi defendida por Dom Helder Câmara, que almejava a transformação da sociedade defendendo que a educação deveria ser popular atingindo todas as camadas da mesma. Sua experiência foi a transmissão de aulas radiofônicas, que acreditamos ser a inspiração pronunciada pela programação do Telecurso.

Freinet em sua “pedagogia do trabalho” mostra a sua preocupação com a formação de um ser social, atuante no presente. A base das suas propostas de ensino são as investigações sobre o modo de pensar da criança e a construção de seu conhecimento. Para ele é fundamental, para a aprendizagem, que haja a interação entre aluno/professor.

Sinalizando a fragilidade destes aspectos em relação ao programa Telecurso, surgiu o interesse de averiguar a sua contribuição no que tange o estudo da cultura afro-brasileira e da África, através da décima teleaula do Ensino Fundamental de História, considerando a sua obrigatoriedade por meio das ações afirmativas que entenderam a necessidade desta abordagem diante das situações problemáticas que se instauram em nossa sociedade. Quando nosso olhar se volta a esse grupo social, normalmente está impregnado de estereótipos que necessitam de um rompimento com esses arquétipos, questão norteadora deste artigo.

O ensino da cultura afro-brasileira e as ações afirmativas

O Brasil, no início do século XXI, começa a avançar rumo ao aprofundamento da democracia, buscando com isso a superação das desigualdades sociais e raciais. Neste contexto engajaram-se as instituições de ensino as quais devem abraçar essa nova situação que emerge dos direitos democráticos, sociais e raciais, reformulando seus currículos e ampliando suas práticas pedagógicas em busca da inclusão dos deveres legais.

Desta forma, ainda que sutilmente, podem ser observadas algumas mudanças no que tange ao estudo das temáticas sobre a história e cultura africana e a sua fundamental importância na formação da sociedade brasileira, por meio da criação da Lei n. 10.639/03 que alterou o texto da LDB, tornado obrigatório o ensino da história africana nas escolas brasileiras:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB) decretava que as temáticas referentes à história do Brasil abordadas nas escolas deveriam considerar os estudos sobre a contribuição das diferentes etnias e culturas como as indígenas, africanas e europeias para a formação do país. Desde então muitos debates têm sido observados nos sistemas de ensino, favorecendo ou não esta inserção temática. Posteriormente, esses elementos foram condensados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1998, da área de História, que apresenta como um de seus principais objetivos do Ensino Fundamental a necessidade de

educador e educando em valorizar e reconhecer o pluralismo do patrimônio sociocultural brasileiro, assim como os de outras classes sociais, contrariando qualquer tipo de discriminação. Os PCN sugerem uma série de conteúdos que podem ser utilizados como norteadores do ensino. Um exemplo é a apresentação da seguinte proposta temática, que abrange o estudo das

culturas tradicionais dos povos africanos, colonialismo e imperialismo na África, descolonização das nações africanas, Estados Nacionais africanos, experiências socialistas na África (Angola, Moçambique etc.); apartheid e África do Sul, fome e guerras civis na África, guerras entre as nações africanas, povos, culturas e nações africanas hoje (PCN, 1998, p. 71).

Os Parâmetros também abrangem os estudos das semelhanças e diferenças entre as culturas, assim como as permanências da maneira de pensar, viver e fazer dos indivíduos e as suas relações na sociedade, o que torna visível seu patrimônio para a posteridade.

Mesmo diante de tantas obrigações e sugestões, embora havendo algumas lacunas contextuais, o estudo da cultura afro-brasileira e africana não vinha sendo totalmente adotado pelos professores e encontrava-se ainda empobrecido nos materiais didáticos. Em função disso, foram formuladas as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (DCN), a partir da percepção das fragilidades discutidas até o momento, mostrando a necessidade dessas diretrizes voltadas para projetos aplicados “na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir” (DCN, 2004, p. 9).

A Lei Federal 10.639/03, já referida no início deste capítulo, chama a atenção para a necessidade de refletir sobre as inquietações a respeito da temática em estudo, é importante destacar os movimentos negros que tiveram uma importante parcela de contribuição para essas mobilizações legais. Embora a composição da lei seja sinteticamente apresentada, são esclarecidas as devidas obrigatoriedades referentes ao estudo em questão, como o fato de que a tarefa de especificar e regulamentá-la é atribuição do Conselho Nacional de Educação.

Quanto ao processo de ensino não há como esquecer que o estudo do tema em questão vinha fugindo da realidade cultural, humana e social em que os africanos estavam inseridos desde a saída de seu território até pisarem em solo brasileiro, sendo escravizados por longos anos. Com isso, a história da escravidão por muitas vezes foi confundida com a história da África.

Neste sentido, percebendo essas permanências, há de se pensar que o percurso de normatização consecutiva parece ainda desconhecido e/ou negligenciado entre os educadores

ou seria mesmo um descaso ante a educação? Isto nos remete ao que tanto se fala atualmente: a questão de superação do racismo na sociedade em que muitos grupos estão engajados nesta luta constante. A atitude do Estado neste sentido é fundamental na busca do desenvolvimento da prática dessas ações afirmativas que intentam dar um novo rumo nas desigualdades históricas que, neste caso, permeiam sobre a população afro-brasileira, pois de modo geral a educação interfere de maneira significativa na concepção de representações sociais que tendem a estigmatizar o objeto de estudo.

É necessária uma análise mais aprofundada na questão legal que apresenta dificuldades na sua implementação, porém é possível destacar alguns problemas evidentes como aqueles relacionados à formação do professor e o material didático especializado.

É percebido o esforço de universidades na tentativa de atender às determinações legais, ao buscarem adequar o processo de formação e de especialização dos profissionais da educação, mas ainda há muito a ser feito. A carência de qualificação profissional tem atrasado, pode-se dizer, o êxito da progressão dessas ações afirmativas, mesmo que o Ministério da Educação esteja empenhado em proporcionar programas de formação continuada para os professores da área na tentativa de suprir essas necessidades.

Diante da dificuldade de apoio em materiais didáticos, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), juntamente com o MEC, lançaram uma coleção que trata exclusivamente sobre história da África, com o objetivo de amparar os educadores no ensino desta temática nas instituições educativas, colaborando para a implantação da lei. A íntegra da coleção encontra-se disponível na página da Unesco, podendo ser acessada por todos aqueles que almejem esse suporte. As obras encontram-se divididas em temas como educação e diversidade das relações raciais.

Outro questionamento importante refere-se a quem cabe a obrigatoriedade desse ensino, apenas à disciplina de História? Onde se encaixa a interdisciplinaridade nesta situação? Certamente esta é uma prática trabalhosa, sendo necessários posicionamentos e conhecimentos tornando temas considerados isolados em questões universais. Neste sentido, Ivani Fazenda aponta que:

A interdisciplinaridade vem sendo utilizada como “panaceia” para os males da dissociação do saber, a fim de preservar a integridade do pensamento e o restabelecimento de uma ordem perdida. Antes que um “slogan”, é uma relação de reciprocidade, de mutualidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida diante do problema do conhecimento, ou seja, é a substituição de uma concepção fragmentária para unitária do ser humano. É uma atitude de abertura, não preconceituosa, em que todo o conhecimento é igualmente importante. Pressupõe o anonimato, pois o conhecimento pessoal anula-se diante do saber universal. É uma atitude coerente, que supõe uma postura única diante dos fatos, é na opinião crítica

do outro que se fundamenta a opinião particular. Somente na intersubjetividade, num regime de copropriedade, de interação, é possível o diálogo, única condição de possibilidade da interdisciplinaridade (FAZENDA, 2011, p. 10).

De imediato é possível perceber que não é um trabalho fácil, porém de fundamental importância para a educação e para a sociedade, pois o nosso objeto de estudo, por exemplo, não é uma questão da área de história somente, mas uma questão social, que deve e precisa ser trabalhada nas diferentes disciplinas curriculares. A autora, contudo, acrescenta que é preciso um olhar atento à prática interdisciplinar, que pode não ter um objetivo comum no ensino: “Há o perigo de que as práticas interdisciplinares se tornem em práticas vazias, produtos de um modismo em que, por não se ter nada que discutir, discute-se em mesas-redondas” (FAZENDA, 2011, p. 84).

Como conclusão provisória, faz-se necessário compreender que a interdisciplinaridade é possível, as leis obrigam, a especialização e os materiais didáticos são acessíveis, a historiografia recente ampara de forma satisfatória as pesquisas sobre o tema, logo, não há motivos para que o ensino da cultura afro-brasileira e africana seja negligenciado entre os educadores.

O ensino da cultura afro-brasileira no contexto do Telecurso 2000

Considerando que a educação vai além dos muros da escola, como no caso já relatado dos cursos disponibilizados pela modalidade EaD, é preciso salientar que as obrigаторiedades curriculares são exatamente as mesmas no que tange ao ensino da cultura afro-brasileira, principalmente no âmbito da educação básica.

Tendo presente o Projeto Conectividade, que analisa a contribuição do Programa Telecurso 2000 para a educação, é pertinente buscar a presença dos aspectos supracitados no desenvolvimento da décima aula no Ensino Fundamental, que apresenta como tema *A luta dos escravos*, apresentado em apenas treze minutos e quarenta e dois segundos. No primeiro momento foi possível perceber uma riqueza em detalhes passíveis de serem estudados dialogando com a obrigаторiedade do ensino sobre a temática, assim como analisando o seu contexto com a historiografia atual que possui outro olhar sobre o estudo africano.

Antes de tudo se faz necessário destacar que a historiografia tradicional brasileira apresenta o estudo dos afro-brasileiros baseado na aprendizagem relacionada ao escravismo, negligenciando questões voltadas ao pertencimento deste grupo social à sociedade,

permanecendo a negação como sujeitos e sendo os mesmos reduzidos à condição de escravo. Perante essas afirmações podemos acompanhar o pensamento de Correa quando afirma que:

O negro foi frequentemente associado na historiografia brasileira à condição social do escravo. A menção ao primeiro remete-se quase automaticamente à imagem do segundo. Negro e escravo foram vocábulos que assumiram conotações intercambiáveis, pois o primeiro equivalia a indivíduos sem autonomia e liberdade e o segundo correspondia – especialmente a partir do século XVIII – a indivíduo de cor. Para a historiografia tradicional, este binômio (negro-escravo) significa um ser economicamente ativo, mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-se sujeito histórico, tanto no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas (CORREA, 2000, p. 87).

Com isso é possível dizer que, de modo geral, o ensino da história e da cultura afro-brasileira se resume, muitas vezes, à comemoração alusiva ao “Dia da Consciência Negra”, no qual se realizam alguns trabalhos abrangendo os assuntos a ele ligados. No restante do ano, contudo, percebe-se um reduzido interesse em abordar o tema. Esta metodologia de ensino é, de certa forma, antiquada, não sendo capaz de desenvolver criticidade alguma nos educandos, e nela é possível perceber a permanência do positivismo remanescente nos diversos modos de ensino, fazendo com que os alunos desconheçam a história dos africanos no Brasil.

Este contexto se faz presente na teleaula em análise, onde esta é apresentada de uma maneira um tanto relevante, pois o tema do encontro dos movimentos afro-brasileiros trata da participação do negro na formação do país. Aos nossos olhos parece um importante destaque no que diz respeito a este assunto, porém há muitos aspectos a serem observados, os quais serão analisados a seguir.

Durante as falas da teleaula, onde aparecem um homem “negro” e um taxista “branco” que dialogam durante o trajeto do local em que acontece um encontro de movimentos afro-brasileiros até o hotel onde se hospeda o cliente, é possível perceber sucessivamente a expressão “negro-africano” para se referir a qualquer situação relacionada com a história africana e afro-brasileira, deixando transparecer exatamente o contrário do que objetiva a teleaula, que trata da participação dos negros na formação do Brasil, negando o seu pertencimento à nação brasileira no transcorrer dos anos. É importante destacar que toda a teleaula se passa neste táxi, com algumas contribuições de apresentadores: narrador, repórter e historiadores. Imagens e mapas são utilizados, os quais são de fundamental importância para análise e também para situação geográfica dos assistentes.

Ao tratar do tráfico negreiro relacionado com outros imigrantes vindos para o Brasil, há uma disparidade de ideias, pois afirma que o negro foi trazido à força para trabalhar no Brasil, algo que não se contesta. Porém, ao comparar com os outros imigrantes (japoneses,

alemães e italianos, por exemplo) a teleaula reforça que estes vieram por vontade própria, ou seja, não tinham motivos justificáveis ou não foram forçados a irem em busca de outra nação, buscar amparo.

Em meio à apresentação há a participação da professora de uma universidade que tenta desmistificar a questão da violência durante a escravidão. De forma clara ela explana que a violência não era uma barbaridade desmedida, pois os senhores equilibravam os castigos: no pelourinho apenas um escravo era açoitado para que todos os outros aprendessem na pele daquele que sofria. A professora ainda acrescenta que a simples presença do chicote e do pelourinho já era suficiente para exemplificar o domínio senhorial sobre os seus escravos que fugiam e lutavam contra esse domínio. É interessante refletir sobre esse paradoxo, pois se o castigo horrendo era um exemplo para todos, mesmo assim os escravos lutavam e fugiam, ou seja, o sofrimento de um no pelourinho não resolvia o problema das resistências.

Neste contexto é possível pensar apenas no castigo físico como forma de sofrimento? Nada mais abalava esses escravos? E os direitos humanos, a cidadania já que eram coisificados e vendidos como mercadoria? Quanto à questão desumana Saint-Hilaire, em sua obra *Viagem ao Rio Grande do Sul*, descreve que:

O Sr. Chaves é considerado um dos charqueadores mais humanos, no entanto ele e sua mulher só falam a seus escravos com extrema severidade, e estes parecem tremer diante dos seus patrões. Há sempre na sala um negrinho de dez a doze anos, que permanece de pé, pronto a ir chamar os outros escravos, a oferecer um copo de água e a prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz do que esta criança. Não se assenta, nunca sorri, jamais se diverte, passa a vida tristemente apoiado à parede e é, frequentemente, martirizado pelos filhos do patrão. Quando anoitece, o sono o domina, e quando não há ninguém na sala, põe-se de joelhos para poder dormir; não é esta casa a única onde há este desumano hábito de se ter sempre um negrinho perto de si para dele utilizar-se, quando necessário (SAINT-HILAIRE, 1997, p. 119-120).

É impossível não perceber o estado de comoção do autor ao tratar desta criança que desde pequena sofre e não tem perspectiva de se ver livre do seu destino. Destaca-se a importância deste relato, pois mostra o tratamento a que eram dispensados os negros, sinalizando ainda que o viajante demonstrava antipatia com os africanos e descendentes. Com isso é fácil observar que o castigo físico não foi a única forma de violência contra os escravos, portanto ao analisar este quadro é necessário aprofundar todos os aspectos presentes ao contexto em estudo, caso contrário, parecerá que as situações desumanas em que os escravos viviam não eram de nada sofridas.

Durante a análise da teleaula, foi abordada a questão da fuga dos escravos que com muita dificuldade despistavam o feitor, se livravam do capitão do mato e fugiam para um

quilombo. Com isso eram procurados e quando precisavam se esconder nas cidades, o apresentador destaca que eles se “misturavam com outros negros e mulatos libertos que circulavam pelas ruas”. Durante esta fala é utilizado como pano de fundo um teatro representando a bolsa de valores onde todos os homens usavam gravatas, logo eram parecidos. Esta situação é relacionada com os escravos fugidos que se misturavam com pessoas parecidas com eles, porém a encenação da bolsa de valores é realizada sem a presença de negros.

Logo é abordada a situação das revoltas realizadas pelos “negros-africanos” que lutavam em busca da liberdade e de imediato partindo para a contribuição destes no que trata das palavras: religião, música e culinária. Martinho da Vila é o protagonista deste quadro apresentando inicialmente uma série de palavras de origem africana que enriqueceram o vocabulário brasileiro, diferenciando o português falado em Portugal e o português falado no Brasil. É interessante quando ele trata da religião ao destacar que os afro-brasileiros fizeram “outra religião”, como se ao chegar ao Brasil inventassem a nova religião antes desconhecida no seu país de origem. Quanto à música, ele considera que neste aspecto é que o negro influenciou muito, destacando que o Brasil é o país mais rico quando se trata de música devido a sua variedade de ritmos. Ao falar da culinária há uma confusão de informações, visto que Martinho se vê perdido em suas falas precisando retomar suas anotações para dar prosseguimento no assunto. Neste aspecto é ressaltada a culinária, a cozinha baiana, mas e os afro-brasileiros situados nos outros estados do Brasil, onde são enquadrados neste contexto? Mas segundo o cantor o que contribuiu fundamentalmente foi a língua, ou seja, os outros aspectos são menos importantes.

Voltando ao táxi, entre conversas, o diálogo se refere à busca pela liberdade. É aí que o passageiro (negro), em sua interação com o taxista (branco), destaca que no século XIX a liberdade passou a ser um direito de todos, onde a escravidão começou a ser combatida no Brasil e nos países da América. Neste caso, é importante salientar que o processo não foi tão simples assim, visto que até mesmo depois da assinatura da Lei Áurea, no final do século (1888), ainda muitos negros viviam sob o regime da escravidão. Amparando este pensamento Conforto escreve que:

Tamanho era o poder dos escravocratas que atitudes antiescravistas, já comum em Londres, em Boston, no Chile ou no México, durante a primeira metade do século XIX, eram simplesmente desdenhadas no Brasil. O escravo continuava sendo visto como instrumento de trabalho desprovido de inteligência e até de humanidade (CONFORTO, 2001, p. 36).

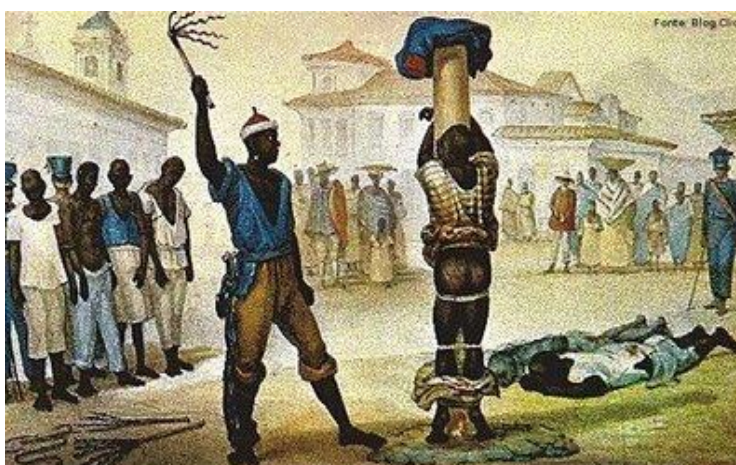
Durante a revisão, bloco que acontece em todas as Teleaulas, é retomado tudo o que foi apresentado. Neste espaço nota-se uma expressão destoante quando o apresentador resume a maneira como os escravos foram trazidos nos navios negreiros e como eles se “adaptaram criativamente a sua nova vida no Brasil”. A palavra criativamente pode ser definida como: de forma inusitada e inovadora. Creio que os africanos foram corajosos ao enfrentar o Brasil escravista lutando pela sua liberdade.

No momento em que o táxi chega ao seu destino e o passageiro paga a sua despesa, é feita uma relação preconceituosa quanto ao trabalho e a liberdade no momento em que o taxímetro fica “livre”. O taxista expressa que “eu é que tenho que ir à luta pra não ficar livre”, ou seja, quem é livre não trabalha ou não gosta de trabalhar e neste sentido os escravos podem ser considerados preguiçosos já que queriam ser livres.

No findar do vídeo há uma encenação de despedida do taxista e do “negro- africano”: o primeiro expressa que “para saber mesmo o que foi a luta dos escravos, o melhor é estudar só assim você vai ter uma noção verdadeira da importância dos negros na história do nosso país”. Neste sentido é preciso destacar que não há uma indicação de estudo para apoio de seus assistentes e no mais as fontes pictóricas presentes na Teleaula não aparecem como, por exemplo, a imagem abaixo realizada por Jean Baptiste Debret.

É imprescindível o destaque das fontes utilizadas ainda mais por entender que História é uma disciplina que exige a presença tanto de referências bibliográficas como as fontes consultadas para elaboração de qualquer trabalho, pois desta forma o leitor, assistente ou estudante é instigado a ir em busca de um conhecimento mais aprofundado desenvolvendo a sua autonomia.

Jean Baptiste Debret - açoite público



Fonte: <http://www.historia.seed.pr.gov.br/>

Considerações finais

O Projeto Conectividade é de fundamental importância para que possamos nos aproximar primeiramente da análise do programa Telecurso 2000 em momento anterior a este trabalho. Neste artigo foi possível realizar uma análise reflexiva de como o referido programa tem se preocupado com o cumprimento da Lei 10.639/03 no desenvolvimento de suas teleaulas.

Durante este processo intentamos para a realização de uma leitura pontual das ações afirmativas por meio do diálogo entre a LDB, os PCN, a Lei 10.639 e os DCN, buscando refletir sobre a obrigatoriedade dos estudos sobre a cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino, analisando como esta progressão vem acontecendo em nosso país.

Foi possível perceber que, mesmo em passos lentos, as referidas ações vêm tomando corpo frente às necessidades do sistema educacional brasileiro. Porém, é preciso destacar que ainda se faz necessária a formação constante dos profissionais do ensino para que possam assumir suas posições como agentes da história, fazendo com que seus alunos também sintam essa necessidade. Para isso as Universidades, assim como os órgãos governamentais, têm procurado suprir essas lacunas e não se pode desprezar os movimentos realizados em prol de um ensino mais justo quanto ao tema em discussão.

Quanto à análise da décima aula do ensino fundamental de história do Telecurso 2000 entendemos que, embora a intenção seja atender à obrigatoriedade do tema em questão, o distanciamento da historiografia atual ainda é considerável. Percebemos a necessidade de aportes teórico e metodológicos que são capazes de fundamentar os aspectos abordados pelo programa. Quanto aos teóricos mencionados no primeiro capítulo foi possível perceber o distanciamento das ideias dos mesmos com a formatação do programa. Um exemplo é quanto à autonomia defendida por Paulo Freire que, através da sua Pedagogia da Autonomia, nos propõe o desenvolvimento de práticas pedagógicas consideradas capazes de desenvolver a autonomia nos aprendizes.

É preciso desconstruir o estudo da história da cultura afro-brasileira e africana somente pelo aspecto da escravidão, buscando novos conhecimentos amparados pela historiografia que seja capaz de quebrar os elos do preconceito quanto a este grupo social que ainda luta por seus direitos e respeito. Também possibilitando a percepção sobre a permanência de estereótipos e falsas imagens no que tange aos africanos, afro-brasileiros e a África.

É preciso, de resto, otimismo para crer que em breve o distanciamento entre educandos e a África seja apenas de forma geográfica e que possamos realmente entender a

fundamental colaboração dos afro-brasileiros e dos africanos para a construção do nosso país, desde o século XVI até os dias atuais.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.639/03. *Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003*. Brasília: 2003.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História. (3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental)*. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96*. Brasília: 1996.

CONFORTO, Marília. *Faces da personagem escrava*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

CORREA, Silvio M. de Souza. *O negro e a historiografia brasileira*. Revista *Ágora*, Santa Cruz do Sul, n. 1, 2000.

DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília Dias de (orgs.). *Comunicação audiovisual: gêneros e formatos*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ELLSWORTH, Elizabeth. *Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também*. In: Silva, Tomaz Tadeu da. *Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito*. Organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: Efetividade ou ideologia*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. *ABC da EaD. A educação à distância hoje*. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.